

1 **ATA DA 58ª (QUINQUAGÉSIMA OITAVA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**  
2 **NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA - CONADE**

3 Aos dezoito e dezenove dias do mês de junho de 2008, os membros do Conselho Nacional  
4 dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – Conade, sob a presidência de Alexandre  
5 Carvalho Baroni, se reuniram na sala de reuniões do edifício sede da Procuradoria Geral da  
6 República, SAF/ SUL, Quadra 04, Lote 03, Bloco B , 5º andar , Auditório, Brasília, DF, para a  
7 sua 58ª Reunião Ordinária. Estiveram presentes: **NÃO GOVERNAMENTAIS** - Janilton  
8 Fernandes Lima (**CNC**), Isaias Dias (**CUT**), Antonio Carlos Cardoso (Feneis-suplente),  
9 Adilson Ventura (**UBC**), Ronaldo Tavares (**Febec**), Adinilson Marins dos Santos (**Fenapae**),  
10 Lizair de Moraes Guarino (**Fenasp**), Antonio Carlos Sestaro (**FBAS-DOWN**), Maria do Carmo  
11 Tourinho Ribeiro Vieira (**ABRA**), Lúcia Pereira Zaqueu (**APABB**), Alexandre Carvalho Baroni  
12 (**CVI**), Márcia Patrícia de Araújo (**Abraso**), Rosângela da Silva Santos (**Farbra**), Valdenora  
13 da Cruz Rodrigues (**MORHAN**), Joelson Costa Dias (**OAB**), Maria Aparecida Gurgel  
14 (**AMPID**). **GOVERNAMENTAIS** - Mariana Bandeira de Mello Parente (**Casa civil-PR**),  
15 Niusarete Margarida de Lima (**SEDH/PR-suplente**), Andréa Duarte Lins (**Ministério da**  
16 **Saúde-suplente**), Andréia Ingrid Michele (**Ministério da Ciência e Tecnologia**), Elyria B.  
17 Yoshida Credidio (**Ministério Des. Social e Combate à Fome**), Rogério Lopes da Costa  
18 Reis (**Ministério do Trabalho e Emprego**), Ermelinda Christiane A. de Paula (**Ministério da**  
19 **Previdência Social**), Denise Costa Granja (**Ministério das Comunicações**), José  
20 Veríssimo da Silva (**Ministério Dos Transportes**), Napoleão Alvarenga (**Ministério da**  
21 **Cultura**). **CONSELHOS MUNICIPAIS** - Márcio Castro de Aguiar (CMDPD-Niterói).  
22 **AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS** – Rosângela Machado (**MEC**), Fernando A. M.C.Ribeiro  
23 (**Ministério das Relações Exteriores**), Maurício Alves Peçanha (**COMPED/MG**), Cláudia  
24 Fonseca Pereira (**ABMFR**), Ângela C. Buchmann (**CONFEA**), Shirley Vilhalva (**Feneis**).  
25 **OBSERVADORES** – Ricardo Tadeu Marques da Fonseca (**PRT**), Judas Tadeu Coriolano  
26 dos Santos (**Feneis**), José Cláudio Pereira Leal (**CCA-MPF**), Maria de Fátima Fernandes  
27 Barbosa (**Onedef**), Ivoneide Damasceno (**Socern-CMDPPD**), Luiz Fenelon (**ICAD**), Maria de  
28 Fátima Fernandes (**Onedef**), Vanessa Vinícia da Costa (**Acompanhante de Adilson**  
29 **Ventura/ACIC**), Edvaldo Souza (**SMABC/CUT**), Patrícia Almeida (**Corde**). **Item 1 –**  
30 **Aprovação da Ata 57ª Reunião Ordinária.** O presidente comunicou que a Ata da 57ª  
31 Reunião ficará para aprovação na próxima reunião, considerando que nenhum conselheiro a  
32 recebeu por problemas na distribuição. **Aprovação da Ata 56ª Reunião Ordinária.** O  
33 presidente esclareceu que as sugestões enviadas pelos conselheiros para aprimoramento da  
34 Ata da 56ª Reunião Ordinária foram incorporadas ao texto. As sugestões foram projetadas  
35 em tela explicitando que a parte vermelha seria a original e azul as sugestões de alteração.  
36 As propostas de alterações foram três. **Discussões** – O conselheiro Antonio Carlos  
37 ponderou que o procedimento da Ata é a gravação ser passada para o papel. Inquiriu em  
38 que foram baseadas as alterações, se ouviram as gravações e discordaram daquilo que  
39 existia ou simplesmente tentaram lembrar aquilo que foi dito. O presidente esclareceu que o  
40 processo de memória das reuniões ordinárias compõe-se da gravação e da degravação e  
41 que todos recebem a degravação na íntegra. Ponderou que a ata é, na verdade, um resumo  
42 da degravação e que o conselheiro Joelson entendeu que o que constava na ata não fora  
43 aquilo que ele disse na reunião. O presidente Alexandre disse que iria ler a terceira proposta,  
44 feita pelo conselheiro Joelson Dias, da OAB, de alteração para dar seqüência às discussões.  
45 O presidente argumentou que na última alteração lida era só uma questão de forma. A  
46 conselheira rosângela (farbra) entendeu que se era uma degravação, ela trazia exatamente o

47 que a pessoa disse. na questão de forma não via nenhum problema. A questão era que o  
48 próprio conselheiro não achou adequado, então, caberia à plenária aprovar ou não. O  
49 conselheiro Adilson Ventura (UBC) disse que também não tem condições de lembrar-se de  
50 todos os trabalhos da reunião anterior. E que a impressão que se tem é que teria uma  
51 retomada de decisão para modificar uma decisão da Plenária. E que entende que houve  
52 prorrogação de mandato, não concorda de revisão por revisão, sendo assim precisa rever  
53 todas as anteriores. A conselheira Maria Aparecida Gurgel (Ampid) reafirmou que o que a  
54 Comissão de Atos quer é inserir na ata a forma como a comissão se posicionou, contrária à  
55 prorrogação por ser uma justificativa de votos, não é nada além do que foi decidido na  
56 reunião. Reiterou que não se trata de rediscutir o assunto ou alterar a decisão. O conselheiro  
57 Ronaldo Tavares (Febec) solicitou que o tema em debate fosse à votação nominal por ser o  
58 tema muito polêmico. O presidente releu, para que não haja nenhum tipo de dúvida, um  
59 trecho da ata a partir da linha 198 e que pareceu a ele que está justificado o voto daqueles  
60 que votaram contra ou favor. O senhor presidente fez a proposta que mantivessem a ata  
61 sem a alteração colocada, pois pareceu a ele que a posição estava muito clara, de quem foi  
62 a contra ou a favor e inquiriu aos conselheiros que solicitaram as alterações se seria possível  
63 a retirada das alterações propostas e manter a ata como estava originalmente. A conselheira  
64 Maria Aparecida ponderou que todas as justificativas são para se prorrogar e não há  
65 nenhuma linha sobre não se prorrogar e sugeriu modificar o conteúdo para chegar ao meio  
66 termo e justificou o sentido da Ata que é ter a memória das reuniões. O sr. Isaias (CUT)  
67 expressou que a redação original contempla o que foi votado e quanto à modificação da ata  
68 tem que expressar o que foi dito no dia da reunião e que não caberia modificar. O  
69 conselheiro Rogério (MTb) reiterou que não se queria retornar a prorrogação ou não, mas,  
70 apenas, que fosse colocada como foi a proposta de quem foi contra. O conselheiro Adnilson  
71 ponderou que os motivos já estão postos e que cabe votar sim ou não. O senhor presidente  
72 encaminhou para votação com ou sem alteração e leu, mais uma vez, o primeiro texto  
73 original e a alteração proposta. A conselheira Rosângela (farbra) concordou com a  
74 conselheira aparecida que, ou se vota a ata com as modificações a serem feitas ou então  
75 não se pode votar um trecho específico e depois a posterior aprová-lo, porque há reclamação  
76 que a ata não está de acordo com o que foi lido na degravação. sugeriu que se peça vistas  
77 da degravação e que se possa aprovar a ata num outro momento na plenária, para que se  
78 tenha certeza do que foi dito. Em regime de votação, esclarecido o Plenário, foi aprovada a  
79 Ata da 56ª Reunião Ordinária considerando a alteração proposta de inserção do texto  
80 apresentado. **Aprovada a ata da 56ª Reunião Ordinária com a inserção do texto**  
81 **proposto.** A seguir, houve a apresentação dos convidados presentes: Ricardo Tadeu  
82 Marques da Fonseca (Observador – Ministério Público), Edivaldo (Metalúrgico do ABC),  
83 Vanessa (Assistente Social da Associação Catarinense para Integração dos Cegos,  
84 acompanhante do sr. Adilson Ventura), Reinaldo Santos (Assessoria da Superintendência de  
85 Políticas para Pessoas com Deficiência, da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Rio  
86 de Janeiro, acompanha o conselheiro Márcio Aguiar), Benevando Farias (interprete da língua  
87 de sinais acompanhando Antonio Cardoso da Feneis), Daniel Madureira (interprete de libras  
88 acompanhando o Antonio Cardoso da Feneis), Joana (SEDH), Fátima (Secretaria de  
89 Educação de Pernambuco), Tadeu (CNBB), Ivoneide Damasceno (Vice-presidente da  
90 Sociedade dos Cegos do RN). Jordeci Santa Brígida (Secretário do Centro de Inclusão da  
91 Pessoa com Deficiência, Belém/PA). O senhor presidente agradeceu a presença de todos.  
92 **Item 2 – Aprovação da pauta da 56ª Reunião Ordinária.** Discussão – A conselheira Maria

93 Aparecida sugeriu pequena inversão na pauta porque ela está diretamente ligada à  
94 realização da 2ª Conferência. Sugere que seja discutida em primeiro lugar a questão do  
95 Regimento Interno do Conade porque demandaria um pouco mais de tempo. O senhor  
96 presidente explicou que a questão da eleição estava contemplada já no item da II  
97 Conferência e que a proposta é que a questão do Regimento seja o primeiro ponto do relato  
98 da Conferência. **Item 3** – O senhor presidente anunciou que teria no dia seguinte a audiência  
99 pública sobre a Convenção da Onu no Senado Federal e que a presença de todos seria de  
100 fundamental importância. **Item 4 – 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos** - O  
101 senhor presidente passou então a palavra a sra. Paula da SEDH, lembrando o compromisso  
102 do Conade de ter sempre a interface com a 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos.  
103 Agradeceu o convite e esclareceu que a Conferência Nacional dos Direitos Humanos será  
104 realizada de 15 a 18 de dezembro, em Brasília, contando com 1.228 delegados, sendo que  
105 60% serão representantes da sociedade civil e 40% do poder público. A Conferência  
106 Nacional é precedida das conferências estaduais e se os governos locais não convocarem a  
107 conferência é solicitado à sociedade civil que atue no sentido de convocá-la. O tema central  
108 da Conferência será a revisão do Programa Nacional dos Direitos Humanos. Enfatizou que o  
109 grande desafio da 11ª Conferência é atualizar o programa, não mais atualizar temas, mas  
110 construir diretrizes para uma política nacional dos DH. A seguir, discorreu sobre a definição  
111 dos eixos orientadores. O primeiro tema é a universalização dos direitos em contextos de  
112 desigualdades; como garantir direitos num país cheio de desigualdades. O segundo eixo é  
113 a questão da violência, segurança pública e acesso a Justiça, de forma transversal. Discutir o  
114 pacto federativo e as responsabilidades dos 3 Poderes, do Ministério Público e da Defensoria  
115 Pública. Tratar a questão da educação e cultura em direitos humanos. Interação democrática  
116 entre o Estado e a sociedade civil. E o último eixo que seria desenvolvimento e direitos  
117 humanos. A sra. Paula esclareceu que a Conferência tem um grupo de trabalho nacional e  
118 ele está preparando vários seminários e seria uma das formas de integrar as discussões  
119 junto ao trabalho da Conferência. Afirmou que o kit Conferência deverá estar à disposição  
120 dos conselheiros para terem mais conhecimento do que se tem discutido e que brevemente o  
121 site estará no ar. O senhor presidente agradeceu a palavra da sra. Paula e acrescentou que  
122 o Conade teria condições de pleitear uma participação em um GT nacional de trabalho e que,  
123 conforme ressaltou a sra. Paula, há a deliberação que todos os conselhos nacionais  
124 participem. Serão três delegados natos na Conferência Nacional de DH e acrescentou que  
125 depois o plenário poderia discutir quem serão os conselheiros indicados para tal. A sra.  
126 Paula enfatizou da importância dos conselheiros participarem das conferências nos estados  
127 para debater e tratar de forma transversal os temas e tentarem sair como delegados. O  
128 conselheiro Adilson perguntou se já tem uma programação das reuniões nos estados. A sra.  
129 Paula respondeu que as conferências estaduais devem ser convocadas até 15 de julho e que  
130 se não forem a sociedade civil pode convocar até 15 de agosto, sendo que a data final da  
131 realização das conferências deve ser até 15 de setembro. Acrescentou que em Santa  
132 Catarina ainda não está convocada a conferência. Ela repassará o nome das coordenações  
133 nos estados para que se busque informação nos estados. O conselheiro Ronaldo Tavares  
134 felicitou a Dra. Paula e a SEDH pelo importante tripé e inquiriu se no Rio Grande do Norte se  
135 já há uma data para realização da conferência. A sra. Paula disse que tem apenas três  
136 conferências previstas, Pernambuco, Piauí e São Paulo, convocadas através de decreto.  
137 Nas próximas duas semanas espera-se que as 27 conferências estejam convocadas.  
138 Informou ainda as datas da reunião dos estados de Pernambuco: 17, 18 e 19 de julho; São

139 Paulo: 21, 22 e 23 de agosto. Compromete-se enviar ao Conade todas as programações das  
140 reuniões dos conselhos estaduais, salientando que seria muito importante que os  
141 conselheiros do Conade participem das comissões organizadoras das reuniões nos estados  
142 para garantir a temática na conferência nacional. Agradeceu pela atenção e se colocou à  
143 disposição na SEDH e espera manter o diálogo daqui pra frente. **Item 5 – Informe da II**  
144 **Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Comissão de Análise,**  
145 **Elaboração e Acompanhamento de Atos Normativos** – O presidente esclareceu que na 2ª  
146 Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência se insere a questão da  
147 eleição da nova gestão do Conade porque a atual gestão se encerrará na Conferência  
148 Nacional e, nesse sentido, o Conade demandou à Comissão de Atos Normativos que  
149 trouxesse sugestão sobre alteração ou não do processo eleitoral. O presidente alertou ainda  
150 que o processo eleitoral precisava ser definido ainda nesta reunião, obrigatoriamente, por  
151 conta de prazos. A seguir, a conselheira Maria Aparecida iniciou a explanação da discussão  
152 da Comissão de Atos Normativos sobre a eleição. Ela explicou que como o plenário decidiu  
153 que haveria a prorrogação da atual gestão do Conselho, para que se viabilizasse um  
154 processo eleitoral mais democrático, a presidência ampliada levou à Comissão de Atos a  
155 necessidade de analisar o Regimento Interno do Conade para, eventualmente, se modificar  
156 ou criar novas regras que disciplinem o processo eleitoral. Acrescentou que é no edital que  
157 se colocará regras claras sobre a eleição. Segundo a conselheira, politicamente não seria o  
158 momento certo para fazer alterações no Regimento que importem em alterações nas  
159 votações no final do ano. As mesmas regras eleitorais serão utilizadas para definir a  
160 qualificação dos eleitores, isto é, quem poderá votar. O artigo 5º do Regimento interno diz  
161 que as instituições se reunirão em Assembléia geral. Então, se terá no final da 2ª  
162 Conferência Nacional, pelo próprio processo de formação dela, os delegados que vêm  
163 participar, dessa forma já se tem pessoas habilitadas para votar. Então, baseados no  
164 Regimento Interno e na qualificação dos eleitores, os delegados da conferência estão  
165 qualificados como eleitores. Como o art. 5ª diz isso e como as instituições que precisam ser  
166 escolhidas são as que representam as deficiências, os conselhos estaduais e municipais, os  
167 representantes dos empregadores e trabalhadores e representantes da comunidade  
168 científica, são 18 vagas ao todo. As 18 vagas serão escolhidas por esta assembléia geral  
169 qualificada, que são os delegados. O primeiro encaminhamento, que é incluir na composição  
170 de eleitores e qualificar os delegados, vai estar descrito no edital que tem 90 dias de prazo  
171 antes da eleição. Terminada a primeira parte, o senhor presidente abriu para debate.  
172 **Discussão da primeira parte** – A conselheira Rosangela (Farbra) pergunta se vai ampliar  
173 para os delegados votarem. A conselheira Maria Aparecida explicou que isso é para um  
174 segundo momento. A primeira parte é para resolver o problema eleitoral de dezembro e  
175 justificar o que foi discutido no começo, que foi a prorrogação de prazo da composição do  
176 Conade. A sra. Niuzarete (SEDH) ponderou que não vê em que esse processo eleitoral  
177 proposto vai colaborar para ampliação das políticas e que a eleição ser realizada na  
178 Conferência Nacional não estaria escrito em lugar nenhum. A sra. Lúcia Zaqueu (APABB)  
179 solicitou esclarecimento se na lei de criação do Conade as instituições Confea, Ambid e a  
180 OAB têm assento permanente. A conselheira Maria Aparecida esclareceu que o Conade não  
181 tem escolha porque como órgão representativo na sociedade brasileira tem que pensar  
182 nesse amplo aspecto do processo eleitoral, mais que democrático, e que a prorrogação do  
183 mandato foi apenas para que se estudasse um processo eleitoral representativo. O senhor  
184 presidente esclareceu duas questões. Uma é que terá que ser estabelecido o processo

185 eleitoral para a nova gestão do Conade e o mérito é se altere ou não o Regimento e de que  
186 forma. A sra. Ivoneide sugeriu que mandassem seus delegados apenas as instituições que  
187 tivessem habilitadas a votar. O sr. Ronaldo Tavares expressou a preocupação de que se  
188 tenha que esvaziar a Conferência para articular uma eleição e qual o critério será  
189 estabelecido para que um delegado tenha direito a voto. E questionou que se no último dia  
190 da conferência se poderia garantir que a maioria dos delegados estaria presente, bem como  
191 se os conselhos municipais representariam os delegados ou os conselhos municipais e  
192 estaduais na votação. A conselheira Rosângela disse que existem duas palavras-chave que  
193 foram muito bem colocadas: representatividade e instâncias. Há que se respeitar as  
194 instâncias. Cada um está habilitado na sua instância. A primeira questão é respeitar o âmbito  
195 em que se está fazendo uma eleição e a partir do momento que a entidade tem  
196 representatividade em âmbito nacional, seria um contra-senso um delegado de âmbito  
197 estadual, que está em outra instância, vir para votar no âmbito nacional. não é fácil  
198 comprovar que se tem representatividade nacional. Sabemos das dificuldades que existem  
199 no conade, das entidades estarem mantendo essa postura nacional. Quanto à questão da  
200 democracia, a votação já é democrática, porque estarão as entidades em âmbito nacional  
201 habilitadas para votação. Agora, a partir do momento que se amplia para delegados de  
202 outras instâncias, não vejo isto como processo democrático. a conferência é um processo  
203 democrático em que se estarão trazendo propostas nos três âmbitos: etapa municipal;  
204 estadual e a nacional. Esse é o processo democrático: as propostas, a avaliação das  
205 propostas e a consolidação em âmbito nacional. Quando questionamos a formação do  
206 conselho, temos que respeitar a instância que está esse conselho; senão vira um contra-  
207 senso. nós vamos eleger agora no âmbito municipal, os prefeitos e os vereadores. Mas são  
208 situações diferenciadas, estamos falando especificamente de um conselho no âmbito  
209 nacional. O sr. Ricardo Tadeu (MPT) advertiu que não se pode confundir processo de  
210 habilitação com disputa ao processo eleitoral. A questão é definir a legitimação da eleição,  
211 que vinha sendo feita a portas fechadas. E enfatizou que o que se busca é um colégio  
212 eleitoral legítimo. A sra. Niuzarete (SEDH) disse que o processo eleitoral do Conade é  
213 totalmente democrático, é público. As eleições do Conade nunca foram a portas fechadas.  
214 Alterou-se o processo das eleições porque o primeiro ponto que foi discutido era sobre as  
215 entidades nacionais habilitadas para concorrer ao processo eleitoral. O que está se propondo  
216 aqui é ampliar isso para o Brasil inteiro. E acrescentou em que isso irá enriquecer. O  
217 segundo ponto que diz das novas regras eleitorais ela defende a publicização, compartilhar  
218 com um número maior de pessoas para construir o processo mais democrático. E  
219 acrescentou que são dois processos distintos, um é o processo da eleição e outro é a  
220 conferência, e que não se pode misturar as coisas. E complementou que se tem que  
221 melhorar o fluxo de informações entre o Conade e os conselhos nos Estados. O sr. Márcio  
222 Aguiar (conselhos Municipais) pontuou que a Comissão de Atos traz um aprimoramento do  
223 processo que hoje já é democrático, a questão é ampliar a participação. E houve um pleito  
224 da sociedade civil e uma reclamação de que a eleição aconteceu em paralelo à conferência e  
225 que as pessoas queriam participar do pleito eleitoral. Em face disso, ele pediu que  
226 refletissem que ampliar para os delegados estaduais e municipais não se está ultrapassando  
227 de forma alguma a forma de participação porque senão não poderiam vir aqui votar numa  
228 conferência nacional. O sr. Isaias (CUT) disse que o aprimoramento da democracia se faz  
229 ampliando o número de participantes. O conselheiro Joelson (OAB) ponderou que o Conade  
230 está amadurecido e terá ele mesmo de definir como instituição as atribuições. O sr. Rogério

231 (MTE) chamou a atenção sobre a questão da habilitação. Para ele não se está mudando  
232 nada e não será eleita nenhuma instituição que não tenha representatividade. A conselheira  
233 Lizair Guarino "protestou contra a proposta do ato normativo ( Maria aparecida Gugel) onde  
234 as organizações civis são serão eleitas pelos conselhos municipais e estaduais. O  
235 conselheiro Antonio Carlos externou a preocupação de não haver quorum para poder decidir  
236 tema relevante e lembrou que quem participou da primeira conferência e recebeu muitas  
237 críticas dos delegados pela eleição do Conade em local diferente ao da Conferência e que  
238 ele se sentiu muito mal com a situação e acrescentou que essa é a razão pela qual a  
239 Federação votou a favor da prorrogação do mandato para que eleição fosse realizada  
240 simultânea à conferência, entendendo que a participação dos delegados amplia o Conade  
241 nas bases. O sr. Ronaldo Tavares solicitou como questão de ordem verificação de quorum  
242 para votação de tal magnitude e se confirmado o quorum que se faça o encaminhamento de  
243 votação, e, finalmente se for o caso de os delegados terem direito a voto não seria  
244 necessário a modificação no Regimento Interno. A conselheira Maria Aparecida,  
245 respondendo ao questionamento do conselheiro Ronaldo explicou que o Regimento fala em  
246 assembléia geral e remete para o edital de convocação as regras e a qualificação dos  
247 eleitores, sem necessidade de alteração do Regimento e completou que a continuidade do  
248 processo eleitoral é que se exigirá modificação no Regimento Interno. Esse é o primeiro  
249 encaminhamento. O segundo encaminhamento para o futuro que merece alteração é porque  
250 no Regimento Interno diz que a Conferência Nacional se dará de quatro em quatro anos e a  
251 composição do Conade é de composição bienal. Então, acrescentou a conselheira, é nesse  
252 ponto que a alteração far-se-á necessária, exigindo duas decisões, ou se altera a  
253 composição do Conade para valer por 4 anos ou teria que criar a figura do colégio eleitoral  
254 para daqui a dois anos quando não tiver a Conferência Nacional. A conselheira Maria do  
255 Carmo (Abra) apresentou uma nova proposta de os delegados que fizerem parte da  
256 sociedade civil que está habilitada estarem habilitados para votar. A conselheira Maria  
257 Aparecida concordou plenamente com a proposta e argumentou que quanto mais  
258 representatividade melhor. A sra. Maria do Carmo reiterou que a proposta dela é que os  
259 delegados, para serem votados, terão que fazer parte das entidades que estão habilitadas a  
260 serem eleitas. A conselheira Rosângela pontuou quanto ao regimento interno: a eleição será  
261 feita numa assembléia geral, que vai ser composta de eleitores habilitados que votarão nas  
262 entidades que se farão representar no Conade. e inquiriu à mesa se a assembléia geral seria  
263 feita dentro da conferência, em que, num momento previsto, haveria uma assembléia onde  
264 as entidades que estão habilitadas fariam a sua votação para o Conade e os delegados  
265 homologariam as entidades que fizeram as suas eleições dentro da conferência. O outro  
266 tópico da homologação, será quando os delegados que vieram das conferências municipais  
267 e estaduais, chegarem a conferência nacional, visto que o importante são as propostas que  
268 serão trazidas a nível nacional. o exercício da democracia, estará nas propostas que serão  
269 votadas na conferência. retornando para a questão do Conade, pontuou sobre a abertura do  
270 edital de convocação, o qual, outras entidades que não estão no Conade terão a  
271 oportunidade, de acordo com o critério do edital, de participarem da assembléia dentro da  
272 conferência. Prosseguiu inquirindo sobre a proposta de ampliação, se quem participou de  
273 uma etapa municipal e da etapa estadual, estaria habilitado dentro de uma assembléia para  
274 eleger os membros do Conade. qual seria a legitimidade, quando não se estará no mesmo  
275 parâmetro da convocação que será feita, para que esse delegado seja eleito para o Conade.

276 Em resposta, a conselheira Maria Aparecida esclareceu que não, porque o processo de  
277 homologação de habilitação é da Comissão Eleitoral. O sr. Márcio Aguiar argumentou que  
278 fosse considerada a definição de que os conselhos municipais teriam 50% nos assentos das  
279 delegações e que fosse considerado que os conselhos municipais presentes na Conferência,  
280 já como delegados, estarão habilitados para votar nos conselhos municipais. O senhor  
281 presidente relatou então que a representação no Conade dos conselhos municipais entende  
282 que, independente de qualquer decisão do plenário, a votação para a representação dos  
283 conselhos municipais deveria ter a participação de todos os delegados. A questão pontuada  
284 então é se todos os delegados da Conferência devem ou não votar nas outras instituições  
285 que não sejam os conselhos municipais e estaduais. Acrescentou que são duas situações:  
286 Se for votado que os delegados não vão participar do processo de votação, não será  
287 possível depois votar apenas nos conselhos municipais. O senhor presidente disse que a  
288 questão estava posta e que o entendimento do conselheiro Ronaldo era no sentido de que os  
289 delegados votem ou não votem e propôs refletir melhor sobre a discussão e a partir daí partir  
290 para votação. **Todos acataram a proposta.** Reiniciando a votação, o presidente deu início  
291 às propostas de encaminhamento que se resumiram em duas. Uma delas é que seja votada  
292 em bloco a questão única: o processo eleitoral sofre mudanças, conforme proposto pela  
293 Comissão de Atos Normativos. Outra proposta é que no caso dos conselhos estaduais e  
294 municipais a representação é que haja uma votação com todos os delegados e, no caso da  
295 sociedade civil poderia eventualmente discutir e votar separadamente. A conselheira Maria  
296 Aparecida ponderou que a votação da forma colocada ficaria um pouco confusa e sugeriu  
297 abrir o processo todo para votação, se sim ou não. E acrescentou que ou se abre o espaço  
298 para todas as instituições terem a representatividade ou então deixa como está e que essa  
299 foi uma reflexão de toda a Comissão de Atos. O presidente reiterou que teriam duas  
300 propostas, uma delas é que se mantenham as regras como está hoje, como o compromisso  
301 da nova gestão levantar esse tema logo no início do mandato e a outra é que seja aberto o  
302 processo para na seqüência poder discutir quem e como vai se dar o processo para garantir  
303 o mínimo de operacionalização com relação a isso. O presidente pediu atenção de todos  
304 para apresentar a caravana do Morhan, oriunda de São Paulo e Minas Gerais, que estavam  
305 em visita ao Conade. Em seguida, o presidente disse que a mesa estava em dificuldade  
306 para encaminhar o assunto. Pontuou que o conselheiro Márcio coloca uma situação que é  
307 clara, a sociedade civil não inclui os conselhos estaduais e municipais, nem na composição  
308 do Conade. Mas, acrescentou que no entendimento da mesa, não são duas votações, é uma  
309 única votação, se votar no sentido de não mexer no processo está excluído de qualquer  
310 possibilidade, no momento, de que se discuta a questão dos conselhos ou dos delegados. E  
311 entende que o pleito do conselheiro Márcio, representante dos conselhos municipais, seja de  
312 que o processo seja tratado de forma diferente porque a representação dos conselhos  
313 estaduais e municipais são representações diferenciadas das representações da sociedade  
314 civil. Após discussões, o presidente esclareceu que são 3 propostas a serem votadas. A  
315 primeira delas foi abrir e votar parcialmente, se abre ou não o colégio de delegados para a  
316 sociedade civil, abriria para os conselhos ou não. E a segunda proposta, que foi colocada  
317 desde o início, que é a proposta que não se mexe em nada ou se mexe em tudo. Proposta  
318 número 1: mudança do colégio eleitoral para a sociedade civil, sim ou não, mudança do  
319 colégio eleitoral para os conselhos municipais, sim ou não. Proposta acolhida. Dessa forma,  
320 o presidente encaminhou a votação nominal: **Primeira votação** - quem seria a favor de que  
321 se abra o processo eleitoral para a sociedade civil. O resultado apurado foi 7 votos a favor,

322 16 contra e 1 abstenção. **Fica mantido o processo eleitoral da forma em que ele se**  
323 **encontra. 2ª votação** - se abriria ou não o colégio eleitoral para os conselhos municipais e  
324 estaduais na conferência. Resultado apurado: 8 a favor, 15 contra e 1 abstenção. **Ficaram**  
325 **mantidas as regras eleitorais da forma em que se encontram, sem nenhum tipo de**  
326 **alteração. Item VI – Avaliação da Reunião com os conselhos estaduais** - Relato da  
327 avaliação da reunião com os conselhos estaduais. O presidente relatou que em 28 de maio  
328 foi realizada a reunião com os conselhos estaduais do país e gestores com o intuito de  
329 avançar e nivelar as informações sobre a Conferência Nacional. O presidente pontuou que  
330 foram apresentadas a eles as questões de logística, custos e eles trouxeram o que estão  
331 ouvindo dos conselhos municipais e que houve uma retomada disso e que a planilha de data  
332 das conferências estaduais está praticamente fechada. Acrescentou que a vinda dos  
333 conselhos estaduais foi importante também pela mobilização e presença na Câmara dos  
334 Deputados ocorridas no dia 28, o que foi de fundamental importância para a aprovação da  
335 Convenção da ONU. **Item VII – Comissão de Análise, Elaboração e Acompanhamento de**  
336 **Atos Normativos** - O presidente ressaltou que algumas questões foram discutidas na  
337 Comissão da Conferência. Foram delegadas pelo plenário à comissão da Conferência  
338 questões como, por exemplo, confecção do crachá, a bolsa, a pasta, etc. Outra questão foi a  
339 de captação de recursos, de avaliar a possibilidade de apoio para a conferência na área de  
340 captação de recursos adicionais. Acrescentou ainda que alguns estados apresentaram  
341 alguns problemas, o que demandou que a Comissão de Articulação de Conselhos se  
342 antecipasse na resolução dos problemas detectados. **Item VIII – Comissão da Conferência**  
343 **– Quanto ao formato da Conferência**, o presidente relatou a seguinte proposta de  
344 programação: no dia 30/11 tivessem a chegada das delegações; 1º/12 – manhã –  
345 credenciamento até as 12 horas e até as 14 horas almoço; das 14 às 18 horas: plenária e  
346 aprovação do Regimento Interno; às 19h30 abertura oficial da 2ª Conferência Nacional e às  
347 21 horas jantar e programação cultural. No dia 2/12 das 08h30 às 10h30 a primeira mesa-  
348 redonda que tratará de temas como saúde e reabilitação profissional, com dois ou três  
349 palestrantes para ter tempo para debate. A segunda mesa-redonda das 10h30 às 12h30  
350 sobre trabalho e educação. Das 12h30 às 14h00 almoço. Das 14h00 às 16h30 a terceira  
351 mesa-redonda sobre a acessibilidade; das 16h30 às 17h00 coffee break e das 17h00 às  
352 19h30 reunião das delegações das cinco regiões e depois disso jantar e programação  
353 cultural. No dia 3/12, das 08h30 até às 17h00 serão os grupos de trabalho, divididos por  
354 temática e poderão ser em até dez grupos. Dentro dos grupos de trabalho serão geradas  
355 propostas, votadas no grupo de trabalho e apenas um número limitado será levado ao  
356 plenário. Ao final do dia 3 serão realizados os painéis temáticos com os temas a serem  
357 definidos. Cada conselheiro que quiser propõe um tema, encaminha à organização e a  
358 comissão vai se reunir e tentar contemplar o máximo possível. Os painéis temáticos serão  
359 feitos todos ao mesmo tempo durante uma hora e meia. Às 20 horas comemoração do Dia  
360 Internacional da Pessoa com Deficiência com proposta a ser debatida e custeada. No dia  
361 4/12, das 8h30 às 12h00, será a Plenária com a apresentação das propostas dos grupos de  
362 trabalho, almoço, até as 16h30 continuação da plenária e a Conferência será encerrada até  
363 às 17 horas, e das 17h00 até 19h00 o processo de eleição da gestão 2009/2011 para o  
364 Conade, da forma como foi definida nesta reunião. Ao terminar, o presidente abriu para  
365 perguntas. A conselheira Maria Aparecida (Ampid) disse que teria dúvidas na forma de levar  
366 o consenso para a Plenária, só o que não tiver consenso na comissão será levado a Plenária  
367 e o que for consenso não será levado à Plenária. O presidente respondeu que fariam a

368 metodologia baseada na Conferência da Juventude e colocou que deveriam definir quantas  
369 propostas para cada grupo. A conselheira Rosangela inquiriu se os estados que estão  
370 fazendo as conferências, tiveram acesso ao consolidado da conferência anterior, e quantas  
371 propostas os grupos devem apresentar para a conferência nacional, já que nos estados e  
372 municípios às vezes os números de propostas extrapolam e fica a cargo da relatoria  
373 condensá-las. e que existem reclamações que quando se condensa muitas propostas, estas  
374 se perdem e as pessoas insatisfeitas vêm tentar trazê-las para a conferência nacional. ainda  
375 questionou, qual vai ser o limite de propostas, quando os grupos estiverem trabalhando na  
376 conferência nacional e se poderá complementar com mais propostas do que está previsto. há  
377 de se ter uma infra-estrutura, porque se chega a um ponto que vai extrapolar e não vai dar  
378 para discutir todas as propostas na plenária final. O presidente explicou que essa seria a  
379 discussão que estava posta naquele momento. O conselheiro Márcio ponderou que as  
380 propostas devem ser limitadas e amarradas com meta e prioridade, com o prazo aos órgãos  
381 responsáveis por aquela ação. O conselheiro Ricardo se reportou às conferências realizadas  
382 nos estados e ponderou sobre a grande repetição de propostas e sugeriu que estabeleça a  
383 metodologia, cada grupo vai trabalhar especificamente com a sua temática a fim de evitar a  
384 repetição mencionada. O presidente, como não houve mais comentários, considerou  
385 **APROVADO** o formato apresentado. 2º ponto a ser deliberado: **Questão metodológica – A**  
386 conselheira Rosangela ponderou sobre o que foi colocado pelo representante do estado do  
387 Pará, que não está conseguindo fazer nem a conferência estadual nem a municipal pela  
388 inexistência dos conselhos naquele estado e essa dificuldade, com certeza, vai repercutir  
389 para a conferência nacional. aconselhou que companheiro tivesse uma orientação, já que ele  
390 veio à reunião do Conade, que poderia deliberar sobre o assunto. O conselheiro Márcio  
391 manifestou que o Conade irá se comprometer a apoiar onde não haja conselhos municipais e  
392 que isso faz parte das regras da conferência. Questão esclarecida, o presidente retomou a  
393 questão do prazo que ficou definido **30 de julho para definição dos nomes**. Quanto aos  
394 painéis, o presidente cedeu a palavra para Liliane da Corde para explicar a proposta da  
395 metodologia dos painéis, que seria 10 painéis, devido ao número de salas disponíveis. Os  
396 temas ainda estavam em aberto e que os conselheiros ficariam responsáveis pela  
397 coordenação dos painéis. **O presidente argumentou que os temas vão ser propostos**  
398 **pelos conselheiros, bem como o nome do painel e o nome do painelistas, que seria**  
399 **então feito contatos e levado à próxima reunião do Conade.** A sra. Liliane acrescentou  
400 que os grupos de trabalho seriam divididos por temas, então seriam 10 grupos de trabalho e  
401 já com temas pré-definidos. Dentro dos grupos seriam deliberadas as propostas que seriam  
402 levadas à plenária. Para as propostas sem consenso seriam levadas a Plenário para  
403 discussão e votação e naquelas de consenso já seriam votadas no próprio grupo de trabalho  
404 e levadas ao plenário como já votadas. A conselheira Rosângela demonstrou preocupação  
405 com a conferência no estado do rio de janeiro, acerca da sistematização das propostas que  
406 vão para a discussão no âmbito nacional. Argumentou que os municípios e os estados não  
407 estão seguindo o parâmetro da conferência nacional. Mencionou a importância de um  
408 facilitador que teria uma orientação do Conade, de como será a conferência nacional para  
409 que se mantenha um padrão, caso contrário, teríamos dificuldades. Questionou como se  
410 poderá levar um padrão para as propostas que serão discutidas na conferência nacional no  
411 Condef/rj, já que não está estipulado um número de propostas, que serão condensadas para  
412 a conferência estadual. Quanto a questão das plenárias, concordou com a Liliane sobre as  
413 regras para os grupos, sugerindo que se deveria ter um percentual estipulado (70%) para a

414 aprovação das propostas, ou seja, tendo 70% de aprovação, as propostas não iriam para a  
415 plenária final o que facilitaria o trabalho da relatoria. Esta orientação deveria estar sendo feita  
416 desde as conferências municipais, senão, quando das conferências estaduais, os delegados  
417 não vão conseguir estar adequados a um padrão de encaminhamento das propostas. Quem  
418 vai para as conferências municipais, deve estar se baseando no parâmetro nacional. O  
419 conselheiro Antonio Carlos defendeu a seqüência de procedimentos: as conferências  
420 municipais elaboram suas propostas, levam às estaduais, dentro da sistemática definida, as  
421 estaduais trazem os trabalhos de grupos para a plenária final. O presidente argumentou que  
422 seria o correto, mas o prazo está exíguo. proposta de alteração Rosângela - A conselheira  
423 Rosângela defendeu que os estados fossem imediatamente orientados a trabalhar pelos  
424 eixos e com números fechados de propostas para facilitar a relatoria, apesar dos municípios  
425 que já fizeram as suas conferências. a importância da plenária pequena, é que o grupo  
426 discute e vota a partir do que vai se receber dos estados, e ao mesmo tempo contemplando  
427 quem fez as suas conferências. O presidente propôs discussão de quantas propostas seriam  
428 por eixo. O conselheiro Antonio Carlos defendeu que por tema, por estado, 5 propostas para  
429 a nacional seriam suficientes, perfazendo 135 por eixo e nos grupos de trabalho poderiam  
430 ser reduzidas para 10 que seriam levadas à plenária final para homologação. O Presidente  
431 esclareceu que após as discussões teriam duas situações: uma são os três eixos que  
432 contemplam 5 temas: educação, saúde, trabalho, reabilitação profissional e acessibilidade; e  
433 a comissão propôs 10 grupos de trabalho com 10 temas diferentes. Após isso, colocou para  
434 deliberação **3 eixos e 5 temas; 10 propostas por eixo nos estados e na nacional 5 em**  
435 **cada grupo de trabalho, sendo acatado por todos. Item IX – Convenção da ONU sobre**  
436 **os direitos da pessoa com deficiência – Mobilização do Senado e elaboração do**  
437 **substitutivo do Estatuto da Pessoa com Deficiência** – O presidente explicitou que o  
438 processo de ratificação da Convenção encontra-se aprovado na Câmara dos Deputados, em  
439 dois turnos, com quorum qualificado, e precisava da aprovação nas duas casas (Câmara e  
440 Senado) com quorum qualificado para equivalência de emenda constitucional. Acrescentou  
441 que a Convenção atualmente está no Senado Federal, na Comissão de Relações Exteriores  
442 para parecer e comunicou que, por proposição da Comissão de Direitos Humanos, será  
443 realizada audiência pública sobre a convenção dos direitos da pessoa com deficiência e o  
444 reflexo na vida dessas pessoas, com o objetivo de esclarecer aos senadores o que é a  
445 convenção e suas finalidades e ato contínuo à audiência pública seria feita a discussão sobre  
446 a questão da convenção na Comissão de Relações Exteriores, cujo provável relator seria o  
447 senador Eduardo Azeredo e enfatizou a importância da presença dos conselheiros no  
448 evento. **Discussão do Substitutivo do Estatuto da Pessoa** – O presidente informou que o  
449 substituto está tramitando na Câmara dos Deputados e discorreu sobre aspecto político do  
450 tema, inclusive lembrando a todos que a idéia do Estatuto foi do senador Paulo Paim, que é  
451 um senador que pode apoiar na votação da Convenção. Após isso, sugeriu ao plenário  
452 pactuar para que sob nenhuma hipótese nenhum membro do Conade faça críticas ou  
453 comentários negativos ao Estatuto, e, principalmente, ao senador Paulo Paim. A conselheira  
454 Rosângela argumentou da necessidade de uma comissão para acompanhamento das  
455 pesquisas com células tronco embrionárias no Brasil, já que o tema está em discussão no  
456 conselho nacional de saúde (CNS), o qual as pesquisas com seres humanos já está  
457 regulamentada pela resolução 196 do Conselho Nacional de Saúde. Salientou que o Conade  
458 deveria ter um representante na próxima reunião do CNS, em julho, em cuja reunião o tema  
459 "células tronco embrionárias" será debatido, a fim de que, se possa acompanhar as

460 discussões e trazer o tema para o Conade. Enfatizou que ao se discutir este tema estaria se  
461 falando também em investimentos, e não se poderia perder o início do que foi o processo,  
462 quais seriam os investimentos, e em que momento o Conade vai poder participar para  
463 monitorar essas pesquisas também no Brasil. O presidente pediu à conselheira os dados  
464 para encaminhamento. O presidente da mesa reiterou a presença de todos no dia seguinte,  
465 19/06, no Senado Federal, Ala 2 , Ala Nilo Coelho. **Continuação da reunião – 19 de junho**  
466 **de 2008** – O presidente cumprimentou a todos pela presença no Senado Federal. **Item X –**  
467 **Informe das Comissões Permanentes – Comissão de Articulação de Conselhos** – O  
468 conselheiro Márcio Aguiar (Conselhos Municipais) iniciou seu relato com a consulta do  
469 Conselho Municipal e do Conselho Estadual de São Paulo com relação à legitimidade da  
470 Conferência Municipal de São Paulo, já que o conselho municipal de São Paulo não é  
471 paritário e é criado por lei. O conselheiro disse que após discussões havidas na Comissão e  
472 a providência de oficializar o Conselho Municipal, reconheceram a lei de criação e que não  
473 haveria problema na realização da Conferência desde que o Conselho Estadual assim  
474 entendesse que é legítima e poderia ser realizada como referência. Dessa maneira o relator  
475 entendeu que é uma questão resolvida. A segunda questão foi sobre o Conselho de  
476 Pinhalzinho de Santa Catarina. Relatou que é um conselho regional, formado de vários  
477 municípios. O conselheiro explicou que não existem conselhos regionais, faltaria a atuação  
478 do controle social e que só poderiam ter os municipais, estaduais e nacional e que a  
479 conferência regional poderia ser realizada desde que o Conselho Estadual acompanhe, já  
480 que para realizar uma conferência é necessário decreto da prefeitura municipal e outras  
481 providências documentais. O conselheiro disse também que a comissão fez o levantamento  
482 dos conselhos nos estados. O relatório com as informações atualizadas será repassado à  
483 Comissão da Conferência. Os estados com problemas detectados foram o Pará e o Acre.  
484 **Discussão do relatório da Comissão de Conselhos** – O presidente ponderou se o  
485 Conselho de Pinhalzinho já recebera o e-mail. Ressaltou o presidente que a Comissão de  
486 Articulação terá grande responsabilidade que é garantir que os conselhos estaduais e  
487 municipais se integrem na Conferência Nacional. Não tendo nenhum óbice, o presidente  
488 considerou **aprovado** o relatório da Comissão de Articulação de Conselhos. **Item XI –**  
489 **Comissão de Políticas Públicas** – O conselheiro Adnilson cedeu a palavra à sra. Andréia  
490 para leitura da ata. Discutiu-se na reunião desenvolver um projeto que facilite o  
491 cadastramento dos processos de acordo com a matéria apresentada, possibilitando que  
492 mesmo arquivados possam ser ativados. Propôs melhorar o artigo VIII do Regimento Interno  
493 para os processos ainda não finalizados. A Comissão ficou de reunir com a UFPA, órgão das  
494 Nações Unidas para a realização do seminário de sexualidade o mais breve possível. A  
495 seguir a sra. Andrea iniciou o relato dos processos sendo interrompida pelo presidente e  
496 sugeriu que em razão do volume de processos seria melhor relatá-los em conjunto. O sr.  
497 Adnilson justificou que como a comissão tinha um volume muito grande de processos, alguns  
498 bem antigos, foi solicitado que fosse feita avaliação e que fossem redistribuídos para  
499 apresentação de outros pareceres. O presidente esclareceu então que o relato dos  
500 processos ficaria suspenso até o processo 64/2007 e abriu a palavra para considerações. O  
501 conselheiro Antonio Carlos ponderou que alguns processos foram redirecionados e falava na  
502 emissão de ofício de acordo com o parecer e inquiriu quais eram os pareceres. Esclareceu  
503 que na Comissão de Atos Normativos eles tentaram colocar uma síntese do assunto e  
504 colocaram também o parecer da comissão. E nesses encaminhamentos falta explicitar o  
505 parecer. Faltou, no entendimento do conselheiro, a definição clara do que cada processo se

506 tratava. A conselheira Lúcia Zacheu justificou que os processos estavam pendentes na  
507 comissão e que não os conhecia muito bem, por isso foram redistribuídos. E concluiu  
508 dizendo que faltou tempo para padronizar, como a Comissão de Atos Normativos faz, porque  
509 eram muitos processos. O presidente pontuou que na medida em que a comissão tem 50  
510 processos, tem autonomia pra fazer o que bem entender e depois trazer a Plenário. Então,  
511 sugeriu que os processos que têm assunto, discussão e o parecer do relator podiam ser  
512 discutidos e votados pela plenária, os que ainda estão em discussão não tem necessidade  
513 de trazê-los ao plenário. O presidente esclareceu que estava naquele momento perguntando  
514 se o relator concordava ou não com o encaminhamento. A conselheira Ermelinda  
515 complementou que muitos processos que estavam na comissão já tinham sido deliberados  
516 pelo plenário, mas que voltaram à comissão para providenciar diligências e que existem  
517 processos de dois anos atrás que as providências exaradas no plenário ainda não foram  
518 cumpridas. O conselheiro Adnilson disse que em nome da coordenação da Comissão de  
519 Políticas Públicas gostaria de pedir para que não fossem apresentados na presente reunião  
520 para análise e se comprometeu que na próxima reunião todos os pareceres estariam para  
521 análise do plenário. A sra. Márcia, Secretaria-Executiva, reiterou à conselheira Ermelinda que  
522 sejam mostrados os processos que a Secretaria-Executiva não conseguiu cumprir as  
523 diligências. O conselheiro Antonio Carlos se mostrou surpreso ao saber da existência de  
524 processos de 2004. A Sra. Márcia explicou que se trata de processos já aprovados e que  
525 apresentavam questões confusas, como o de legenda nacional e que a Comissão de 2004  
526 passou por muitas alterações de composição e na coordenação, que são fatores que  
527 influenciaram na continuidade do processo e concluiu que a Secretaria-Executiva e a  
528 comissão estão reorganizando esses trabalhos. O presidente sugeriu que os processos  
529 sejam analisados e encaminhados anteriormente à reunião a todos os conselheiros para que  
530 todos possam chegar aqui com noção do que será apresentado. A conselheira Niuzarete  
531 (Corde) sugeriu que o Conade usasse o sistema de gerenciamento de documentos que  
532 permite acompanhar o processo em todas as suas fases. Sugeriu também que os processos  
533 sejam apresentados com sinopse do assunto e sinopse da proposta da comissão para  
534 facilitar a votação. O conselheiro Adnilson em resposta à Niuzarete esclareceu que na  
535 questão do seminário de sexualidade gostaria de ter o apoio da Corde. O presidente colocou  
536 em votação a propositura da Comissão de Políticas Públicas, sendo **APROVADA. Item XII –**  
537 **Relato da Comissão de Orçamento e Finanças** – O conselheiro Veríssimo relatou que  
538 houve discussão sobre a discussão da comissão, se esta comissão deveria assumir a  
539 responsabilidade sobre o levantamento dos patrocínios para eventos culturais da  
540 Conferência e que foi decidido que a comissão não deveria fazê-lo porque demanda pessoas  
541 especializadas. Por outro lado, a comissão poderia contribuir no direcionamento de algumas  
542 linhas para facilitar o pacote de financiamento para eventos culturais. O presidente  
543 esclareceu que a Comissão de Orçamento e Finanças da qual faz parte, foi demandada pela  
544 Comissão da Conferência para que pudesse avaliar a possibilidade de auxiliar a Comissão  
545 Organizadora no propósito de eventualmente captar recursos, não assumir, mas apoiar de  
546 fato, ou seja, toda vez que precisar de algum recurso extra que a Comissão de Orçamento  
547 fosse acionada no sentido de avaliar custos. No segundo ponto, o conselheiro Veríssimo  
548 apresentou uma sugestão de metodologia para o acompanhamento orçamentário e do  
549 financiamento de políticas públicas, que consiste em um esboço em planilha eletrônica, na  
550 qual consta, na vertical, as políticas públicas ou ações publicadas no ppa, reagrupadas por  
551 grandes áreas : saúde, educação, etc. ; e, na horizontal, estão dispostos os ministérios e

552 órgãos pertinentes. explicitou que a planilha permite dar uma visão geral sobre os recursos  
553 alocados às políticas voltadas direta e indiretamente às pessoas com deficiência. e propôs  
554 que um estagiário, senão os membros da própria comissão ou (conforme sugestão dos  
555 presentes) que cada representante do conade ligado aos ministérios completasse a planilha  
556 com os respectivos recursos, obtidos no ppa publicado ou no departamento responsável pela  
557 sua aplicação na política listada, enviasse ao conade para consolidação geral. Antes de abrir  
558 para discussão, o presidente convidou o sr. Luís Fenelon, que tem ajudado de forma  
559 esporádica a Comissão de Orçamento no Congresso Nacional. O senhor Luiz Fenelon  
560 (ICAP) relatou que a questão derivada do 2º Encontro do Centro-Oeste sobre Controle Social  
561 de Políticas Públicas, realizado em maio de 2008. Nesse encontro foi discutido o projeto de  
562 lei de diretrizes orçamentárias (LDO). Acrescentou que nessas discussões foi sugerido  
563 colocar no artigo 4º da LDO, no qual o governo estava colocando como prioridade  
564 orçamentária, o PAC e o PPI, retomar o que tinha na redação anterior, que eram as questões  
565 de gênero e igualdade racial e acrescentar a pessoa com deficiência. Em função disso, foi  
566 sugerida a apresentada emenda à senadora Serys, que a acatou parcialmente. Foi acatada a  
567 questão da igualdade racial e de gênero, mas não acatou a questão da pessoa com  
568 deficiência. O sr. Fenelon ressaltou a importância da comunicação porque a colocação da  
569 demanda na LDO permite prioridade na execução do orçamento e que os programas e ações  
570 correspondentes àquela política não sejam contingenciados. Além disso, pontuou ele, que na  
571 medida em que ainda está em tramitação a LDO o quadro ainda possa ser revertido com  
572 destaque que se faça para a relatora. E, finalmente, da importância da mobilização do  
573 Conade para aprovação da Lei e sugeriu que o Conade se manifestasse junto à Comissão  
574 de Orçamento no sentido de que fosse reincorporada a redação que coloca como prioridade  
575 a questão da pessoa com deficiência. A esse respeito o presidente abriu espaço para  
576 discussão. O conselheiro Márcio Aguiar cumprimentou a Comissão de Orçamento pela  
577 apresentação da proposta para otimizar os trabalhos. O conselheiro solicitou fosse  
578 consignado em ata que as informações do governo federal não estão totalmente acessíveis e  
579 deu o exemplo de que o PPA veiculado na internet, utilizado pelo conselheiro Veríssimo,  
580 para a compilação dos recursos publicados referentes às ações, possuía extensão em PDF  
581 não condizente com as orientações da acessibilidade e frisou que ele, como deficiente visual,  
582 não teve condições de ter acesso à informação. A conselheira Niuzarete ressaltou que a  
583 SEDH já tomou iniciativas nesse sentido junto aos representantes dos ministérios no  
584 Conade, mas não tem sido fácil e ponderou que a planilha Excel apresentada também não  
585 estava adaptada à pessoa com deficiência. Finalmente, sugeriu que os ministérios  
586 encaminhassem os seus relatórios de gestão, no que tange a recursos orçamentários, ao  
587 Conade. O conselheiro Veríssimo argumentou que a planilha Excel é um instrumento de  
588 informática e seria útil apenas para a consolidação dos relatórios de gestão divulgados pelos  
589 ministérios, seria uma tentativa de tornar viável o trabalho. O senhor Napoleão, do Ministério  
590 da Cultura, defendeu a articulação dos conselhos junto aos setores ministeriais que elaboram  
591 o orçamento a fim de promover alguns parâmetros para direcionar distribuição de recursos a  
592 programas destinados a pessoa com deficiência, por exemplo, os incentivos fiscais. Em  
593 seguida, o presidente ponderou que a fala do sr. Fenelon seria para garantir que na LDO a  
594 pessoa com deficiência tenha prioridade também. Quanto à questão dos arquivos veiculados  
595 nas páginas governamentais, em PDF, colocou para a plenária o encaminhamento do tema e  
596 as providências a serem tomadas, enfatizando que a proposta do conselheiro Veríssimo é  
597 apenas auxiliar. O conselheiro Márcio Aguiar sugeriu encaminhar, de imediato, solicitação à

598 Casa Civil, que é quem faz a articulação governamental, para providências. A conselheira  
599 Niuzarete apresentou sugestão de oficiar o Ministério do Planejamento no sentido de solicitar  
600 que as informações sejam veiculadas de forma acessível às pessoas com deficiência. O  
601 presidente concordou com o envio do ofício ao MPOG, mas advertiu que é necessário checar  
602 os formatos do site e a legislação para não incorrer em erros. Quanto às informações do  
603 orçamento, o presidente inquiriu aos representantes dos ministérios presentes se a proposta  
604 apresentada seria viável e que se o Conade teria o apoio deles para viabilização da  
605 proposta. A conselheira Lília (MDS) achou complicado porque no PPA existem ações  
606 específicas e ações coletivas e que separar tudo aquilo é muito difícil e que não cabe a um  
607 conselheiro e até mesmo ao Conade, analisando aquela tabela, definir. E que existem  
608 dentro de cada ministério o setor próprio para trabalhar as questões orçamentárias. Os  
609 conselheiros Ermelinda e Napoleão também apresentaram suas dificuldades quanto ao  
610 assentimento da proposta. O conselheiro Veríssimo reiterou que a idéia deste esboço de  
611 acompanhamento do orçamento e financiamento das ações ou políticas públicas pertinentes,  
612 na forma de planilha propiciará a noção da distribuição dos recursos e que o problema real é  
613 que a Corde e o Conade não têm equipe técnica em quantidade para materializar os projetos  
614 e idéias. Sugeriu, como “dever de casa”, o levantamento dos dados referentes a 2008, nem  
615 precisaria detalhar, apenas identificar determinada política, com o somatório por órgão e o  
616 recurso alocado, isto seria apresentado como realização na conferência. Finalmente, o  
617 conselheiro Veríssimo ressaltou que se trata de um trabalho inicial sujeito ao método das  
618 aproximações sucessivas, sujeito aos aperfeiçoamentos e as críticas necessárias, até  
619 constituir o instrumento de análise desejável e merecido, e que as informações a serem  
620 utilizadas, evidentemente, seriam as públicas e, perguntou se a explicação atendia e  
621 respondia as dúvidas e questões apresentadas. O conselheiro Rogério (MTb) ponderou que  
622 os levantamentos de dados são complicadíssimos e que o PPA é apenas uma intenção do  
623 governo de executar o orçamento e sugeriu que talvez fosse mais produtivo conhecer o  
624 plano do ano anterior e em cima dele tentar trabalhar os recursos para o Conade. O  
625 conselheiro Rogério alertou ao conselheiro Fenelon que o Conade poderia ser uma ação  
626 essencial na questão da LDO. Se conseguir inserir na LDO depois o Conade poderá ir aos  
627 ministérios e exigir o cumprimento da execução orçamentária. A conselheira Niuzarete  
628 sugeriu que cada representante dos ministérios entre em contato com a área de orçamento  
629 para verificar quais são as ações que podem ser contempladas em determinados programas  
630 na área de pessoas com deficiência. O presidente, finalizando, esclareceu que a Comissão  
631 de Orçamento do Conade conseguiu avançar na proposta apresentada e que precisaria  
632 afunilar para transformar em algo concreto. O conselheiro Joelson pediu a palavra para se  
633 despedir do Conade, como representante titular da OAB e acrescentou que a sra. Laís de  
634 Figueiredo Lopes deverá representar a OAB no colegiado. O Presidente agradeceu em nome  
635 do Conade pelo trabalho do conselheiro frente ao Conselho. O presidente também anunciou  
636 que a Comissão de Comunicação Social não iria se apresentar porque não há processo a ser  
637 deliberado na presente reunião. Acrescentou que a apresentação do Plano de Ação da  
638 Corde para 2008 também ficou prejudicada pela falta de quorum. O presidente comunicou  
639 que a próxima reunião está prevista para os dias 12, 13 e 14 de agosto, mas que em razão  
640 das pautas dos conselhos estaduais muito provavelmente deverá ser adiada para talvez  
641 início de setembro. Ele fará a comunicação assim que for definida a nova data. Acrescentou,  
642 para consignação em ata, que há um pleito da Secretaria Estadual da Pessoa com  
643 Deficiência do São Paulo para que a reunião do Conade seja realizada em São Paulo, em

644

645 setembro, porque acontecerá nos dias 10 a 14 um evento de capacitação sobre a  
646 Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência com a presença de todos países  
647 que falam a língua portuguesa. A proposta está chegando ao Conade para avaliação se será  
648 possível ou não, inclusive do ponto de vista orçamentário. O último ponto de pauta, conforme  
649 o presidente, seria o relato das participações dos membros que ficou prejudicado, mas pediu a  
650 todos que façam o relato e envie ao Conade para os comentários na próxima reunião, se for o  
651 caso. Não tendo mais nada a tratar, o presidente Alexandre Carvalho Baroni, externou os  
652 agradecimentos a todos e salientou que as diferenças apresentadas nos debates na verdade  
653 engrandecem as discussões e fortalecem as decisões. Assim, declarou encerrada a reunião.

654

**Alexandre Carvalho Baroni**

655

**Presidente do Conade**

656

657

658

659

660

661

662

663

664

665

666

667

668

669

670

671

672

673

674